



**Tese nº (a ser preenchido pela organização/sistematização)**

**Tipo: Tese-Guia do SJPMRJ**

**Título: Fortalecer os movimentos para garantir o direito à comunicação e democratizar os meios**

**Proponente: Diretoria do SJPMRJ**

## **JUSTIFICATIVA**

Desde antes mesmo da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009, o movimento pela democratização dos meios de comunicação e pelo direito à comunicação para por um momento diferente. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), desde o começo dos anos 2000, havia perdido a capacidade e a própria perspectiva de mobilização da sua base social para a pauta principal do fórum. Por anos à frente da coordenação-geral da entidade, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) era a principal indutora dessa política.

Nos anos 2000, no contexto dos Fóruns Sociais Mundiais, houve a emergência de novas entidades e fortalecimento de tradicionais sujeitos no movimento de comunicação, e o fórum perdeu ainda mais protagonismo, tendendo a adotar posturas sempre "flexíveis", que não garantiam o mínimo de autonomia do movimento frente aos empresários e mesmo ao governo. As ações descolaram das entidades constituintes, e a Fenaj não dialogava sequer com a principal entidade de estudantes, a Executiva Nacional (Enecos), que havia sido, no começo dos anos 1980, uma das precursoras no debate sobre democratização da comunicação, levando a Executiva a se desfiliar do Fórum em 2002.

Após a Confecom, a conjuntura dos movimentos mudou, sobretudo considerando os sujeitos constituintes das redes, frentes e fóruns regionais que se formaram. Coletivos de comunicação comunitária e popular, que nunca deixaram de produzir a resistência política a partir dos locais de atuação, voltaram a empenhar-se na defesa por políticas e regulações democratizantes, a exemplo dos conselhos, dos fundos públicos e dos programas e projetos que estimulassem a pluralidade e a diversidade nos meios. Diversos segmentos dos movimentos de mulheres, de negros (as), de juventudes e LGBT passaram a compreender a comunicação como estratégica para a defesa, a promoção e a efetivação dos demais direitos humanos.

Em dezembro de 2011, a Plenária Nacional do Fórum apresentou um impasse para a diretoria da Fenaj: ou ela abria espaço, oxigenava as suas instâncias e cedia a novos sujeitos, ou sucumbiria distanciada de importantes movimentos sociais e ONGs que se



mostravam engajados na luta pelo direito à comunicação. Mais uma vez, o grupo político que dirige a nossa Federação se fechou e, vendo perdida a eleição para a coordenação-geral do FNDC, retirou-se totalmente da direção do Fórum, que teve a própria Fenaj como uma das principais forças-motrizes no seu nascedouro. A partir daquele momento, passaram a combater por fora a atuação do FNDC, apesar de a secretaria geral do Fórum estar ocupada pela CUT, central à qual a Fenaj e a maioria dos sindicatos de jornalistas são filiadas.

Em 2012, foi lançada a campanha "Para expressar a liberdade", uma iniciativa do FNDC com dezenas de centrais, sindicatos, movimentos sociais, ONG e outras organizações da sociedade civil para apresentar ao povo brasileiro a efetiva possibilidade de atualizar uma legislação de radiodifusão que, naquele ano, completou 50 anos de existência. Mais do que isso, a intenção era mobilizar a população com a apresentação de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (Plip) da Mídia Democrática, convergindo o movimento numa ação objetiva de transformar o marco regulatório da mídia eletrônica. Assim, em 2013, a campanha entrou na etapa da coleta de assinaturas, que, além de servir para legitimar projeto de lei, pode ser utilizada como catalisador das nossas pautas principais.

Entretanto, a Fenaj continuou interpretando as ações do Fórum como erradas, inócuos e divisionistas. A Federação chegou a afirmar que não cabe aos movimentos sociais tomar a frente na pressão ao Congresso Nacional, deslegitimando a campanha do FNDC. Mais ainda, a Federação ignorou a defesa por políticas públicas centrais para a luta pelo direito à comunicação no Brasil, como as pressões exercidas junto ao Governo Federal e ao parlamento para garantir o Marco Civil da Internet e a implementação do Canal da Cidadania nos municípios.

## **PROPOSTAS**

- 1) O Sindicato e a Fenaj devem fortalecer o movimento de comunicação a partir de um engajamento mais forte e integrado na campanha "Para expressar a liberdade", fortalecendo as ações desta.
- 2) O Sindicato e a Fenaj têm de buscar acompanhar, de forma próxima e participativa, as mais importantes pautas e demandas da área para fortalecê-las junto aos parlamentos e poderes executivos.
- 3) O Sindicato e a Fenaj precisam promover diálogos mais permeáveis e contribuir no fortalecimento da comunicação popular, alternativa, comunitária e livre como instrumentos de afirmação do direito à comunicação.
- 4) O Sindicato e a Fenaj vão se dedicar, diuturnamente, ao acompanhamento das mais importantes iniciativas que visem ao atendimento de demandas legítimas da



sociedade nas principais políticas públicas de comunicação que forem demandadas, a exemplo da Comunicação Pública, do Canal da Cidadania, dos Conselhos Locais e do Financiamento Público.

- 5) O Sindicato e a Fenaj assumirão a responsabilidade por atuar, nos fóruns, conselhos e outros espaços representativos em permanente diálogo com a sua base social e também com os demais sujeitos ativistas da comunicação no país, igualmente legítimos.
- 6) Lutar pela descriminalização dos radiodifusores comunitários, populares e livres;
- 7) FENAJ deve propor a construção de leis (que integrarão o que convencionamos chamar de Marco Regulatório) pela organização do sistema público de comunicação, no sentido de disponibilizar para sociedade brasileira programação e produtos de qualidade e também construir um modelo de referência, além de estabelecer concorrência com o sistema privado.